

# Sindicatos lançam Revista do Brasil

Os bancários sindicalizados estão recebendo este mês em sua residência a Revista do Brasil, lançada na semana passada pelo movimento sindical, incluído o Sindicato de Brasília. O objetivo é veicular os fatos, análises e opinião do ponto de vista dos trabalhadores e “fazer da informação também um projeto de transformação do país”, segundo explica a revista no editorial do seu primeiro número.

“Um pequeno grupo de oito a dez famílias controla os meios de comunicação no Brasil e, portanto, decide o que é ou não notícia neste país. Esses grupos familiares têm interesses econômicos e políticos muito claros, que estão refletidos na linha editorial de seus jornais, revistas, portais e emissoras de rádio e televisão”, afirma Jacy Afonso, presidente do Sindicato. “A Revista do Brasil pretende ser uma alternativa à postura monolítica da grande mídia e representa a concretização de um antigo sonho dos trabalhadores.”

## Alternativa democrática à grande mídia

A situação é mais grave ainda em Brasília, onde apenas um grupo político controla a imprensa, embora ele possa ter eventualmente divergências internas em razão de conflitos de interesses paroquiais ou pessoais. “O fato é que a mídia expressa sempre a mesma visão ideológica, privando a sociedade de informações importantes e de ter acesso a pontos de vista diferentes”, acrescenta Jacy Afonso. “A democratização da informação e dos meios de comunicação, portanto, torna-se uma bandeira de grande relevância na luta do povo brasileiro pela consolidação de uma verdadeira democracia no país.”

A Revista do Brasil foi lançada oficialmente no dia 10 de junho na Quadra dos Bancários, em São Paulo, durante um debate sobre “O papel



da mídia no Brasil”. Traz na capa o presidente Lula, com a manchete “O segredo de Lula: um ano de bombardeios, na mídia e no Congresso, não abalou a liderança do presidente. De onde vem essa resistência?”. Também há reportagens sobre o mundo do trabalho, mídia, culinária, comportamento e tecnologia, além de uma crônica assinada por José Roberto Torero.

## Meta é chegar a 1 milhão de exemplares

Esse primeiro número da revista tem 36 páginas e tiragem de 360 mil exemplares, mas a intenção dos sindicatos é fazer com que a revista cresça em circulação e em número de páginas. A meta é ampliar em breve a tiragem da Revista do Brasil para um milhão de exemplares, e torná-la semanal. O número 2 da publicação, que já está sendo produzido, terá seu número de páginas elevado de 36 para 48 e a tiragem saltará para 400 mil.

Participam do projeto os sindicatos dos Bancários de São Paulo, de Brasília, do ABC, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Porto Alegre; a Fetec-CUT/SP; Contraf; os sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, de Taubaté, de Sorocaba; FEM; CNM; Sindicato dos Químicos de São Paulo, do ABC; Sindsaúde; Sinergia; Sindigasistas-SP; Sindicato dos Eletricitários de Campinas e de Presidente Prudente; CUT São Paulo; e CUT Nacional.

## COPA DO MUNDO

# Sindicato cobra do Bacen mudança de horário das agências no dia 27

O Sindicato reuniu-se nesta segunda-feira 19 com o diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Alexandre Antonio Tombini, para reivindicar a alteração do horário de atendimento ao público das agências bancárias no dia 27 de junho, quando a seleção brasileira de futebol poderá jogar ao meio-dia pelas oitavas de final da Copa do Mundo, caso se classifique em primeiro lugar no seu grupo. Se o Brasil ficar em segundo lugar, o jogo será no dia 26, também ao meio-dia.

O Sindicato apresentará a mesma reivindicação à Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e às direções das instituições financeiras com agências em Brasília.

Com base em circular emitida pelo Bacen em 17 de maio, estabelecendo o funcionamento das agências de no mínimo quatro horas nos dias de jogos da seleção brasileira, a Febraban orientou os bancos a dividirem em



Enilson da Silva e a deputada Erika (dir.) reúnem-se com diretor de Normas do BC (3º à esq.)

dois turnos o horário de atendimento a clientes e usuários no dia 27: das 8h às 11h30 e das 14h30 às 16h.

Para o Sindicato, o horário de funcionamento dos bancos nesse dia deve ser apenas na parte da manhã.

“O Sindicato considera esse rateamento inapropriado, já que, em dias de jogos do Brasil, o clima de euforia é contagiante e não compete com a serenidade exigida para o exercício das atividades rotineiras, tornando frágil

a segurança de todos. Além disso, se houver prorrogação ou disputa por pênaltis, os bancários perderão o final do jogo”, argumenta o presidente em exercício do Sindicato, Enilson da Silva, que participou da reunião com o diretor de Normas do Bacen. Também esteve presente a deputada distrital Erika Kokay (PT). O deputado federal Sigmaringa Seixas, que participaria da reunião, teve que se ausentar por motivo de saúde.

Segundo Enilson, o diretor do Bacen não se opõe a que a Febraban altere a sua recomendação aos bancos e aconselhou a busca de um entendimento entre os bancários e as empresas.

“O Sindicato entende que a Febraban fez apenas uma recomendação de horário aos bancos, que podem ou não cumpri-la. Por isso vamos procurar as direções das empresas, e também da Febraban, para mudar esse horário”, afirma Enilson.

# Bancários começam a discutir campanha 2006

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e o Comando Nacional dos Bancários reúnem-se nesta terça e quarta-feira, em São Paulo, para definir os primeiros passos da organização da campanha salarial de 2006. Vão marcar as datas das conferências regionais, dos congressos específicos de bancos e da Conferên-

cia Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, onde serão aprovadas a pauta e a estratégia da campanha.

Também participam das reuniões representantes dos financiários, que não têm data-base unificada nacionalmente. A unificação de todos os segmentos de trabalhadores do ramo financeiro na mesma campanha é um

dos objetivos da Contraf, que também será discutida no encontro.

## Tarifas bancárias

A subseção do Dieese no Sindicato dos Bancários apresenta à imprensa nesta terça-feira 20 de junho, às 16h, um estudo sobre as

receitas de prestação de serviços dos bancos — a terceira maior fonte de lucro das instituições financeiras. Entre 1995 e 2005, as tarifas deram um salto de 593%, diante de uma inflação de 151% (INPC/IBGE).

Veja o estudo do Dieese no site [www.bancariosdf.com.br](http://www.bancariosdf.com.br), a partir das 16h desta terça-feira.

# SPC aprova novo plano da Funcef. Campanha de adesão começa em julho



**Informativo Bancário** — A SPC acaba de aprovar o novo plano de benefícios da Funcef e as alterações do saldamento do REG/Replan. E agora, quais os passos futuros?

**Carlos Alberto Caser** — Agora é colocar o plano na rua. O período de adesão vai de 1º de julho a 30 de agosto. Vamos fazer um amplo trabalho de divulgação. Não fizemos ainda essa divulgação porque o plano estava em tramitação na SPC. Nesses 60 dias, a Funcef vai reunir todas as suas forças, em conjunto com a Caixa, com as entidades dos participantes para não deixar nenhuma dúvida sobre o modelo que estamos oferecendo. Será um processo voluntário, um exercício de convencimento. Não haverá imposição.

**Informativo** — E por que o participante deve aderir ao novo plano?  
**Caser** — A primeira vantagem, que considero a mais importante, é o aumento da contribuição da Caixa, de 7% (como é hoje no REB, que é um plano de contribuição variável também, a exemplo do novo plano), para 12% da folha de salário de contribuição. Observe que teremos um aumento

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou na quarta-feira 14 de junho o novo plano de benefícios da Funcef e as alterações do saldamento do plano atual. É mais uma vitória importante dos participantes do fundo de pensão dos empregados da Caixa, culminando um processo que começou em 2003 com a criação de um grupo de trabalho tripartite (fundo, patrocinadora e associados) proposto pelos representantes dos trabalhadores e que teve um de seus pontos altos na aprovação por 82% dos votantes na consulta realizada em outubro do ano passado. Com a parceria do Sindicato e demais entidades representativas dos bancários, a Funcef lança em 1º de julho a campanha de adesão ao novo plano, que terá duração de dois meses. Na entrevista a seguir, o diretor de Controladoria da Funcef, Carlos Alberto Caser (eleito pelos participantes), explica como será a campanha e as vantagens da adesão ao novo plano.

de 5%, o que é bastante significativo.

**Informativo** — Isso significa um aumento de salário indireto?  
**Caser** — Sem dúvida. Na situação anterior, se o participante optasse por contribuir com 12%, a patrocinadora só contribuiria com 7%. Agora ela também vai a 12%. Em termos percentuais de folha de salários, isso é um ganho enorme. É mais dinheiro que vai para o bolso da previdência dos participantes.

**Informativo** — Quais as outras vantagens para quem aderir ao novo plano?  
**Caser** — A segunda questão que considero importante é sobre o salário de contribuição. O salário de contribuição dos participantes, tanto do Replan quanto do REB, não inclui a CTVa, que é a contribuição variável de ajuste de mercado. E no novo plano teremos até R\$ 8.300, que serão corrigidos anualmente. Isso beneficiará os que hoje recebem essa parcela e para a qual a Caixa não contribui. Com certeza mais de 90% dos participantes estarão cobertos. Só ficarão de fora os maiores salários. Não podemos esquecer também de mencionar a retirada da idade mínima de todos os planos, o

ceber ao se aposentar. Esse valor vai ser conhecido como benefício saldado. A partir daí vai ter correção pelo INPC e lá na frente, ao se aposentar, receberá esse valor com correção. É como se fosse o direito garantido no plano até o momento em que o participante vai saldar e aderir ao novo plano.

**Informativo** — Junto com o novo plano, vocês obtiveram outras conquistas importantes nas negociações com a patrocinadora. Comparado, por exemplo, ao que era há quatro anos, quais as vitórias que você considera importantes?  
**Caser** — Isso é extremamente relevante, especialmente quando se fala em um plano de contribuição variável, o que é o caso do novo plano (que tem características de contribuição definida na fase de capitalização e de benefício definido na fase de recebimento de benefício). Um plano que reúne essas características na fase de acumulação não há que se falar em déficit nem superávit, uma vez que o que você acumula é o saldo que você tem na sua conta. E obviamente o participante tem que ficar ainda mais vigilante, porque o benefício dele vai depender desse saldo. A paridade na gestão se insere nesse contexto, de mais transparência, de mais controle, de mais olho do dono, que é o participante. Nesse sentido, se olharmos o que era a Funcef tempos atrás e o que é hoje, principalmente após o processo eleitoral que acabamos de encerrar, acho que foi uma conquista histórica dos participantes, que veio nesse contexto de dar ainda mais segurança, mais transparência, mais controle do participante. Em qualquer circunstância, o participante tem que ficar de olho, manter-se vigilante e a conquista da paridade na administração da Funcef é fundamental.

**Informativo** — Na divulgação do novo plano, que instrumentos vocês vão utilizar?  
**Caser** — Todos possíveis. Vamos fazer, em julho e agosto, seminários em todos os Estados. A Funcef está preparando uma brigada de multiplicadores. E queremos contar com a Caixa, com os sindicatos, com as associações de aposentados e da ativa, com a Fenae, associações de gerentes. Quero insistir: nosso interesse não é impor uma visão da direção da Funcef. Estou convencido de que encontramos a melhor solução, mas temos que respeitar os empregados. Nossa função é, nesses dois meses, fazer todo o esforço para preter todas as informações, sanar todas as dúvidas, para que o participante, se vier a fazer a opção, esteja absolutamente informado quanto ao que vai optar.

**Informativo** — O participante poderá fazer simulação antes da opção?  
**Caser** — Vai. Vamos disponibilizar a simulação nas apresentações e também no site da Funcef. A idéia é que o participante tenha todas as informações, para que não haja uma imposição, nem pressão. E que haja transparência, porque não há nada a esconder. Foi um plano negociado entre participantes, Caixa e Funcef e chegamos a esse modelo com a mais absoluta transparência. Nesses momentos sempre há terreno fértil para que pessoas de posições políticas contrárias à administração da Funcef ou por causa de eleição — o que faz parte do processo democrático —, muitas vezes divulguem informações falsas. Quero insistir no apelo para que todo participante busque informações, participe dos seminários, questione a Funcef e esteja antenado nos prazos que divulgaremos. Como representantes dos participantes na gestão da Funcef, esse é o chamamento que fazemos.

# Após reivindicação do Sindicato, Detran se compromete a melhorar fluxo no SBS

O Sindicato se reuniu na última terça-feira 13 no Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) com representantes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco de Brasília, além da deputada distrital Erika Kokay (PT), para discutir a falta de vagas nos estacionamentos do Setor Bancário Sul (SBS). “A reunião foi positiva e um importante passo para começar a resolver o sério problema de fluxo do Setor”, afirma José Pacheco Fi-

lho, secretário de Assuntos Parlamentares do Sindicato. O Detran comunicou que em breve haverá melhorias em relação ao fluxo de carros no SBS em função de uma nova saída do setor que será viabilizada. Além disso, o Departamento de Trânsito também se comprometeu a liberar o estacionamento do museu, ainda em construção, para uso público. O museu só ficará pronto no final de julho. Em 31 de maio, o Sindicato so-

licitou ao Detran a suspensão das multas de estacionamento no SBS. O órgão concordou que evitará multar os carros estacionados irregularmente desde que não prejudiquem o fluxo de veículos. “No entanto, o Detran solicita a colaboração dos trabalhadores para não estacionarem em fila dupla e nas saídas do estacionamento”, lembra Eduardo Araújo, secretário de Imprensa do Sindicato. Erika Kokay informou que já en-

caminhou requerimento à Câmara Legislativa do DF para a realização de uma audiência pública na Praça do Cebolão, localizada no SBS, para tratar do assunto. Também ficou acertada a formação de um grupo de trabalho, sugerido pela parlamentar, com todas as partes envolvidas. A idéia é apresentar propostas para os estacionamentos e segurança no SBS, além de agilizar a integração entre esses órgãos para solução dos problemas.

## BANCO DO BRASIL

## Sindicato discute implantação do programa Pró-Eqüidade de Gênero

O Sindicato, a Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) e a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito da Região Centro-Norte (Fetec/CN) reuniram-se na última sexta-feira, dia 16, com representantes do Banco do Brasil para discutir as ações que estão sendo adotadas para a promoção da igualdade de gênero nas relações de trabalho dentro do BB. “A igualdade de oportunidade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, daí a importância de ações que concorram para a promoção da equidade de gênero, como essa”, pontuou a secretária de Políticas Sindicais Mirian Fochi.

O Banco do Brasil planeja trabalhar a questão dentro do tema “diversidade” e afirmou que, embora de uma maneira ampla, trata dele em documentos importantes como no Código de Ética, na Carta de Princípios e nas Metas do Milênio da instituição. Os representantes dos trabalhadores solicitaram que a Dipes/RSA estabeleça uma agenda mensal para avaliação e acompanhamento das futuras ações a serem implementadas. A pedido do banco, as entidades representativas deverão apresentar sugestões na próxima quinta-feira 29. Os bancários podem participar enviando propostas para o e-mail [mirianfochi@bancariosdf.com.br](mailto:mirianfochi@bancariosdf.com.br).

## Sindicatos têm legitimção para defender qualquer direito do trabalhador

Após longa batalha judicial, iniciada em 1997, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por 6 votos a 5, a possibilidade de que o sindicato pode atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada. Isso significa que o sindicato poderá defender o empregado nas ações coletivas ou individuais para a garantia de qualquer direito relacionado ao vínculo empregatício. O STF acompanhou o voto do ministro Carlos Velloso, no sentido de reconhecer ao sindicato a legitimidade para ingressar com ação judicial para a defesa dos direitos dos seus representados. A possibilidade de o sindicato atuar na execução da sentença trabalhista é, ao ver do ministro Marco Aurélio, a racionalização do processo. “Ao invés de

se ter milhares de processos, tem-se um só”, observou o ministro. Ele explicou que tudo o que disser respeito ao contrato de trabalho pode ser objeto de atuação do sindicato, embora isso não afaste a iniciativa concorrente do trabalhador para defender seus direitos. Esse tema foi objeto de intensos debates por ocasião das rodadas do Fórum Nacional do Trabalho, com enorme resistência patronal em admitir a substituição processual pelos sindicatos. A batalha judicial começou no STF em 1997, quando então a Central Única dos Trabalhadores (CUT) promoveu a entrega de memoriais aos ministros. Cada nova sessão foi acompanhada de muita expectativa com sucessivos pedidos de vista pelos ministros Nelson Jobim, Peluso e, finalmente, por Gilmar Mendes.

**Ato público na Praça do Cebolão na próxima segunda-feira, dia 26, às 13h. Na pauta, estacionamento e segurança no SBS.**